

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
**LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ISADORA CAETANO

**ESCOLA SEM PARTIDO E AUTO VIGILÂNCIA COMO RECURSO DE**  
**PROTEÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE**  
Uma análise a partir dos relatos de professores de Humanidades do Ensino Médio

Niterói  
**2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ISADORA CAETANO

**ESCOLA SEM PARTIDO E AUTO VIGILÂNCIA COMO RECURSO DE  
PROTEÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE**

Uma análise a partir de relatos dos professores de Humanidades do ensino Médio

Artigo monográfico apresentado ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do grau de licenciatura em Ciências Sociais.

Orientadora:  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carolina Zuccarelli

Niterói  
2021

ISADORA CAETANO

**ESCOLA SEM PARTIDO E AUTO VIGILÂNCIA COMO RECURSO DE  
PROTEÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE**

Uma análise a partir de relatos de professores de Humanidades do Ensino Médio

Artigo monográfico apresentado ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do grau de licenciatura em Ciências Sociais.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carolina Zuccarelli (Orientadora) – UFF

---

Ana Carolina Christovão – Faculdade de Educação (UFRJ)

---

Wallace Ferreira – Professor de Sociologia Cap-UERJ

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C127e Caetano, Isadora  
Escola Sem Partido e auto vigilância como recurso de  
proteção da prática docente : uma análise a partir dos  
relatos de professores de Humanidades do Ensino Médio /  
Isadora Caetano ; Carolina Zuccarelli, orientadora. Niterói,  
2020.  
27 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências  
Sociais (Bacharelado/Licenciatura))-Universidade Federal  
Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia,  
Niterói, 2020.

1. Escola Sem Partido. 2. Prática docente. 3. Vigilância.  
4. Conservadorismo. 5. Produção intelectual. I. Zuccarelli,  
Carolina, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense.  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD -

## **Resumo**

O artigo tem como objetivo observar em que medida o programa Escola Sem Partido foi capaz de impactar a atividade docente desde a sua popularização, por volta de 2015. A hipótese é que a prática docente no contexto escolar foi intensamente impactada devido a influência do projeto no debate público. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com docentes da área de humanidades de escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro, de modo a entender a perspectiva dos atores que são alvo potencial do programa. Após a análise dos relatos foi possível concluir que o impacto do programa no contexto escolar foi a intensificação da auto vigilância docente.

**Palavras-chave:** Escola Sem Partido; prática docente; vigilância; conservadorismo.

## **Abstract**

This article intends to observe if the “School Without Party” program was capable of impacting teaching activity since it’s popularization, circa 2015. The hypothesis is that teaching practice in the school context was intensely impacted due to the project’s influence in public debate. Semi-structured interviews with humanities teachers of public and private schools of Rio de Janeiro were made in order to understand the perspective of those who are the potential target of the program. After analyzing the interviews, it was possible to conclude that the impact of the program in the school context was the intensification of the teaching self-surveillance.

**Keywords:** “School Without Party”; teaching practice; surveillance; conservatism.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Dados dos professores entrevistados .....	16
---	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
MEIA DÉCADA DE ESCOLA SEM PARTIDO: PRIMÓRDIOS, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS.....	11
A IMPORTÂNCIA DOS RELATOS DOCENTES E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	14
A PRESENÇA DO PROJETO “ESCOLA SEM PARTIDO” NO COTIDIANO ESCOLAR.....	17
IMPACTOS DO PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO OBSERVADOS NO COTIDIANO ESCOLAR: A AUTO VIGILÂNCIA DOCENTE.....	18
SOBRE OS RESPALDOS CONQUISTADOS PELOS DOCENTES.....	21
O LIVRO DIDÁTICO ENQUANTO RESPALDO.....	22
CURRÍCULO.....	22
INCONSTITUCIONALIDADE DO “ESCOLA LIVRE” PELO STF.....	23
O AVANÇO DO CONSERVADORISMO SIMBOLIZADO PELO ESCOLA SEM PARTIDO E A ATIVIDADE DOCENTE.....	24
CONCLUSÃO: PRÓXIMOS CAPÍTULOS DOS ESTUDOS SOBRE ESCOLA SEM PARTIDO.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27





## Introdução

O termo “Escola Sem Partido” (ESP) engloba os projetos de lei que passaram a circular expressivamente nas câmaras legislativas do país a partir de 2015 e a militância de cunho conservador propagada por seu criador e ex-colaborador principal, Miguel Nagib. A interferência na atividade docente é o cerne do projeto, uma vez que o “mito fundador” trata da suposta comparação entre o revolucionário Che Guevara com São Francisco de Assis feita pelo professor de História da filha de Nagib. A partir do ocorrido, Nagib tenta mobilizar outros responsáveis e a direção da escola contra o professor (PENNA; SALLES, 2017: 14) e envia uma carta aberta à escola (OLIVEIRA FILHO, 2019: 10) questionando a hipotética “doutrinação marxista” contida na comparação feita pelo docente. Após esse episódio em 2004, o ESP não recebeu destaque público até o início da década passada, quando passou a ser uma peça importante para os debates referentes à educação no Brasil (MIGUEL, 2016). E segundo Miguel (Ibidem: 596), o crescente destaque do ESP no debate público sobre educação se deve, fundamentalmente, pela aliança feita com setores religiosos (evangélicos e católicos) dentro e fora da política contra a “ideologia de gênero”, termo pejorativo que busca deturpar debates acadêmicos que se debruçam acerca da diversidade de gênero.

Muitos trabalhos acadêmicos tratam dos possíveis reflexos do ESP na educação brasileira, seja pela via da criminalização da atividade docente (RAMOS, 2017), ou do aspecto antidemocrático do projeto (PENNA, 2018). Mas são poucas as investigações acerca da interferência do ESP no cotidiano escolar através dos olhos dos docentes. Assim, este trabalho se justifica em primeiro lugar pelo nível de influência do Escola Sem Partido que atualmente extrapola os debates relativos à educação e chega a se tornar pauta de esquetes de humor<sup>1</sup> e de campanha política. Conceitos mobilizados e popularizados pelo programa (como “doutrinação ideológica” e “ideologia de gênero”) figuraram no discurso de posse do atual presidente, Jair Bolsonaro, incluindo uma referência mais direta ao programa no trecho: “Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política” (BRASIL, 2019). Em segundo lugar, essa pesquisa se justifica pela importância de dar continuidade nas análises sobre o ESP, trazendo a perspectiva docente para o centro da investigação.

---

<sup>1</sup> Esquete de humor do grupo “Porta dos Fundos”, publicado na plataforma de vídeos Youtube em 8 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tNxCMR5OWe8>>. Acesso em 16 de abril de 2021.

O objetivo desta análise é jogar luz nas perspectivas dos professores através de entrevistas semiestruturadas instigando-os a refletir sobre as possíveis relações entre o Escola Sem Partido e sua prática docente atual. Busca-se, com isso, responder à seguinte questão: de que maneira o ESP foi capaz de modificar a prática docente?

Durante o estágio inicial da pesquisa, antes da realização das entrevistas, a hipótese inicial era que o Escola Sem Partido impactou fortemente o cotidiano escolar, a ponto de conseguirmos traçar uma prática docente anterior ao projeto e uma outra, distinta, após a popularização das ideias do ESP. Entretanto, sem estabelecer contato com os docentes e perguntá-los sobre o assunto, seria impossível medir o nível de influência exercida pelo projeto. Em agosto de 2020 foi realizada uma entrevista pré-teste com um professor de Sociologia e Filosofia da escola básica a fim de avaliar se as perguntas elaboradas conseguiam alcançar as respostas desejadas dos entrevistados. A partir dessa entrevista pude observar que, sob o ponto de vista dos professores, o ESP pode não ter impactado o cotidiano da comunidade escolar na mesma medida que havia previsto anteriormente. Então, se fez necessário o contato com outros docentes a fim de estabelecer se o ESP foi capaz ou não de modificar a prática docente. A hipótese de que o projeto foi capaz de influenciar radicalmente a atividade docente foi mantida.

Delimitados os objetivos e hipóteses deste artigo, faz-se necessário justificar o porquê do enfoque nos professores. O corpo docente é o foco do programa Escola Sem Partido: os professores são vigiados seja no contexto escolar ou nas atividades que promovem em sala de aula; são alvo de ameaças, processos, demissões. Ou seja, os docentes são afetados diretamente pelo ESP. Além de ser impossível pensar o professor dissociado do espaço escolar. Sobre o efeito da escola no desenvolvimento cognitivo dos alunos, Soares (2004) destaca a importância do professor afirmando: “O efeito de uma escola no aprendizado de seus alunos é em grande parte determinado pelo professor, por seus conhecimentos, seu envolvimento e sua maneira de conduzir as atividades da sala de aula.” (SOARES, 2004: 10).

Este artigo pretende debruçar-se sobre os relatos dos professores sobre suas práticas docentes. Aqui, entende-se por prática ou atividade docente as etapas necessárias ao exercício do magistério. Desde a interpretação do currículo alinhada ao projeto político-pedagógico da escola, a transposição feita do conteúdo, passando pela preparação do plano de aulas até a exposição das atividades em sala de aula. Ou seja, a prática/atividade docente abarca os esforços de reflexão, elaboração e exposição das aulas ou atividades pensadas pelo professor no contexto escolar.

Como afirmado acima, o programa “Escola Sem Partido” deseja incidir na prática docente. Entretanto, as disciplinas escolares são afetadas desigualmente pelas investidas do ESP. Se o projeto preza pela “neutralidade”, perseguindo a “doutrinação marxista” e alertando contra a “ideologia de gênero” nas escolas, as disciplinas que questionam estruturas sociais normativas destacam-se perante o olhar vigilante da extrema direita.

“Percepções críticas sobre o mundo social, que apontam suas injustiças e contradições, certamente não passam pelo crivo da neutralidade. Mas a visão que se quer apenas descritiva tampouco é neutra: ela é ativa colaboradora do esforço de invisibilização das contradições e de naturalização da ordem vigente, que é crucial para sua reprodução. Disciplinas das ciências humanas, como história, filosofia, sociologia, geografia ou literatura, ficam inviabilizadas, a não ser que recuem a práticas vigentes – por exemplo – no regime militar, quando o ensino de história nos colégios era quase que limitado a listas de nomes de personalidades e datas de eventos.” (MIGUEL, 2016: 608).

Os professores de Sociologia, Filosofia e História são os maiores alvos do projeto, pois sua prática docente não pode estar dissociada de reflexão acerca das estruturas sociais. De maneira que a prática destes professores pode ser, naturalmente, a mais afetada. Assim, as entrevistas se deram com professores das três disciplinas citadas acima.

Este artigo se organiza na presente introdução; seguida por uma seção que trata do programa Escola Sem Partido em linhas gerais; a segunda que trata das entrevistas; da presença do programa nas escolas; dos possíveis impactos do projeto na prática docente; dos respaldos à liberdade de cátedra conquistados como livro didático, currículo e a decisão do Supremo Tribunal Federal; da relação entre avanço do conservadorismo e o ESP e por fim, a conclusão desta investigação.

### **Meia década de Escola Sem Partido: primórdios, objetivos e estratégias**

No ano eleitoral de 2014 o então deputado estadual Flávio Bolsonaro encaminha à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro o “Programa Escola Sem Partido”, projeto de lei nº 2974/2014<sup>2</sup>. Em seguida, outros projetos de lei semelhantes, também inspirados pelo programa “Escola Sem Partido” foram encaminhados às câmaras legislativas do país. Os

---

<sup>2</sup> Projeto de Lei N°2974/2014 disponível em:

<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scproj1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument>>. Acesso em: 16 de abril de 2021.

projetos de lei, assim como o Movimento Escola Sem Partido como um todo, têm como objetivo modificar o currículo das escolas enquanto alertam para uma suposta prática corrente na atividade docente, a “doutrinação marxista”. Esta prática de “doutrinação” ganha destaque no segundo artigo do projeto de lei (“É vedada a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula, bem como a veiculação, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos estudantes ou de seus pais”) e ao delimitar a natureza do exercício do magistério no terceiro artigo (“Não abusará da inexperiência, da falta de conhecimento ou da imaturidade dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente político-partidária, nem adotará livros didáticos que tenham esse objetivo”). Alertar contra um hipotético abuso na liberdade de ensinar era a prática principal do Escola Sem Partido, desde sua concepção. Contudo, o conservadorismo moral que se intensifica rapidamente desde os anos de 2010 categoriza a “ideologia de gênero” enquanto ameaça, ganhando adeptos através do pânico moral desde a polêmica do Escola Sem Homofobia, vulgo “Kit gay”. Segundo Miguel (2016), o Escola Sem Partido identifica neste cenário uma oportunidade de agregar a “ideologia de gênero” à sua lista de reivindicações, junto à “doutrinação” nas escolas, e assim, impulsionar seu discurso na esfera pública. Na justificativa do projeto de lei proposto por Flávio Bolsonaro há uma menção à “ideologia de gênero”, ao afirmar que professores utilizam o contexto das aulas para “fazer com que eles [os alunos] adotem padrões de julgamento e de conduta moral — especialmente *moral sexual* — por vezes incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais.” (grifo nosso) A “moral sexual” a qual o deputado se referia na época refere-se a presença de discussões relativas à diversidade sexual e igualdade de gênero no espaço escolar, como a elaboração de materiais escolares que tinham como objetivo prevenir contra a homofobia e estimular a liberdade de gênero, que começam a ser produzidos em 2008. Dois anos depois, o então deputado Jair Bolsonaro realiza um discurso na Câmara dos Deputados “com inverdades (como a de que o material seria distribuído a alunos de sete anos) e distorções/substituições (como a associação entre homossexuais e pedofilia)” (ROMANCINI, 2018: 11). Após o episódio, o material passa a ser chamado, pejorativamente, de “Kit Gay”. As particularidades entre o destaque aos atores conservadores no cenário político e as controvérsias relativas ao material escolar “Escola Sem Homofobia” fogem ao objetivo deste artigo; para um desenvolvimento maior ver Romancini (2018) e Feitosa (2020). Com esse cenário fértil para o pânico moral relativo às questões de gênero e o espaço escolar, o Escola Sem Partido adiciona essa às suas preocupações enquanto projeto. Assim, o ESP estabelece objetivos em dois níveis diferentes. No nível institucional,

busca mudar o currículo escolar através dos projetos de lei, advertindo contra a “doutrinação marxista” e a “ideologia de gênero”, advogando pelo que chamam de neutralidade.

No nível do cotidiano escolar, o ESP busca incidir sobre a prática docente, seja delimitando as obrigações dos professores no contexto escolar<sup>3</sup> ou disponibilizando modelos de notificação extrajudicial com o objetivo de coagi-los. Prevista nos projetos de lei, uma das mudanças no cotidiano escolar que o ESP deseja promover é a fixação do cartaz “deveres do professor”, um lembrete fixado na parede das salas de aula, como um censor à espreita de possíveis transgressões. O tom geral do cartaz defende a “neutralidade” no espaço escolar, com destaque ao item 4: “Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.” Algebaile (2017) compara a neutralidade desejada e as denúncias publicadas no site do projeto e conclui que o programa realmente se preocupa com

“a presença, no processo formativo, de discussões que problematizem as concepções políticas, socioculturais e econômicas hegemônicas, especialmente as relativas às questões de gênero, orientação sexual e modelos familiares, bem como de perspectivas críticas ao capitalismo e à educação conservadora” (ALGEBAILLE, 2017: 67).

Isto significa que a neutralidade prevista nos “deveres do professor” proposta pelo programa, na prática, trata da exclusão da perspectiva crítica da sala de aula e atividades no espaço escolar.

Antes mesmo da efetiva fixação do cartaz, algumas consequências do programa já podiam ser sentidas no cotidiano escolar. A popularidade do programa estimula a delação dos professores de maneira que são vários os casos de professores ameaçados e processados devido a discordâncias em relação à sua prática docente<sup>4</sup>. Com a fixação dos cartazes na sala de aula, o estímulo à denúncia dos professores e os docentes vítimas de processos, podemos observar a dimensão cotidiana de influência do ESP: a atividade docente. Como foi dito anteriormente, outro objetivo do projeto é delimitar o que é adequado ao espaço escolar, vigiando

---

<sup>3</sup> Cartaz “Deveres do Professor” disponível em: <<https://www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 16 de abril de 2021.

<sup>4</sup> “Escola sem Partido intimida e persegue professores”. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-intimida-e-persegue-professores/>>. Acesso em 14 de abril de 2021. “Escola Sem Partido caça bruxas nas salas de aula”. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/08/escola-sem-partido-caca-bruxas-nas-salas-de-aula/>>. Acesso em: 14 de abril de 2021.

principalmente a prática docente. Em sua dissertação de mestrado Patrick Katz (2017) se debruça sobre o ESP e elabora o conceito de “identidade docente desejável” baseado nas práticas docentes que o projeto percebe como adequadas. Katz conclui que ao descrever a identidade docente indesejável, ou seja, o “professor militante”; o projeto não busca cercar toda e qualquer prática docente, mas sim governar a prática docente e delimitar as identidades docentes desejáveis. São características dessa identidade docente desejável o professor que “respeita as diversas perspectivas ideológicas”, “persegue o ideal de neutralidade” e quando trata de assuntos controversos “os aborda em concordância com os pais ou responsáveis” (KATZ, 2017: 109).

Desde a popularização do projeto por volta de 2015 até os dias atuais, a influência do ESP modificou-se. Apesar do seu fracasso institucional marcado pela inconstitucionalidade em 2020 pelo STF, a vitória da extrema direita nas eleições de 2018 normaliza a vigilância da prática docente, uma vez que o próprio Presidente da República postou em suas redes sociais uma professora “doutrinadora”<sup>5</sup>. Assim, encontramos um cenário onde a “ideologia ‘sem partido’” é amplamente difundida, mesmo que desacompanhada do nome do projeto. Em outras palavras, as ideias do Escola Sem Partido foram capazes de marcar o debate público sobre educação, que passa a ser pautado pelo conservadorismo; mesmo que o projeto enfrente hoje a falta de visibilidade. Em meio a derrotas e vitórias da liberdade de cátedra, foram realizadas entrevistas a fim de saber dos professores se o ESP foi capaz de realizar um dos seus principais objetivos: incidir sobre a prática docente através da ameaça e do medo.

### **A importância dos relatos docentes e algumas considerações metodológicas**

A partir da bibliografia já produzida em relação ao Escola Sem Partido e a existência de movimentos sociais de resistência como o Professores contra o Escola Sem Partido (PCESP), é possível concluir que o projeto teve algum impacto no cotidiano escolar. Entretanto, de que maneira o Escola Sem Partido foi capaz de exercer sua influência? Seria a prática docente desejável (KATZ, 2017: 109) disseminada pelo ESP facilmente encontrada?

A fim de observar a dimensão dos impactos promovidos pelo ESP, foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas com docentes da rede pública e da rede privada do Estado do Rio de Janeiro. Ouvir a percepção dos docentes sobre o impacto do ESP em suas práticas se justifica

---

<sup>5</sup> “‘Professor tem que ensinar e não doutrinar’, diz Bolsonaro no Twitter”. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/professor-tem-que-ensinar-e-nao-doutrinar-diz-bolsonaro-no-twitter>>. Acesso em 16 de abril de 2021.

especialmente porque são eles o alvo principal das políticas promovidas pelo ESP. Os projetos de lei, os mecanismos de denúncia e as estratégias de exposição incidem sobre o professorado: são formas de restringir, controlar e vigiar a prática docente. Além disso, o contato com o corpo estudantil, responsáveis e direção são elementos centrais para compreender o exercício da docência na relação com a comunidade escolar.

As entrevistas se deram em um curto espaço, entre meados de outubro e o trigésimo dia do mesmo mês do ano de 2020. Devido ao isolamento social recomendado em virtude da pandemia de Covid-19, as entrevistas se deram de maneira remota por videochamada, o que não prejudicou em nada seu desenvolvimento. Com a devida permissão, as entrevistas foram gravadas para consulta posterior. A maioria dos professores participou da videochamada, mas as perguntas do questionário também foram disponibilizadas, após expresso o desconforto de uma professora em participar por videochamada. A predisposição de maneira geral dos entrevistados ao se disponibilizarem para fazer a entrevista e falar abertamente sobre suas práticas em sala de aula e possíveis impactos do ESP mostra um interesse em relação à pesquisa e a necessidade de replicar e repassar as falas docentes sobre o assunto. A ansiedade expressa pela docente que se sentiu desconfortável com uma videochamada gravada indica que, mesmo enfraquecido, o projeto ainda gera insegurança em alguns professores. As questões que fizeram parte do roteiro de entrevista envolviam informações corriqueiras como a disciplina que os professores lecionam, tempo de magistério, modalidade da escola em que lecionam (pública ou privada), mas também foi perguntado o nível de conhecimento dos docentes sobre o Escola Sem Partido e, claro, sobre o impacto do projeto na educação brasileira e na sua prática docente pessoal.

Segue uma tabela para consulta com informações convenientes coletadas dos professores entrevistados, mantendo o anonimato dos mesmos:<sup>6</sup>

**Tabela 1 – Dados dos professores entrevistados**

<b>DOCENTE</b>	<b>REDE DE ATUAÇÃO</b>	<b>BAIRRO DA ESCOLA</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>TEMPO DE DOCÊNCIA</b>
A	PRIVADA	MADUREIRA (RJ); TAQUARA (RJ); RECREIO DOS	SOCIOLOGIA	MASCULINO	11 ANOS

<sup>6</sup> A Docente E não informou a localidade da escola em que trabalha. E para a segurança da Docente N optamos por não divulgar a localidade de sua escola.

		BANDEIRANTES (RJ)			
B	PÚBLICA	PACIÊNCIA (RJ)	SOCIOLOGIA	FEMININO	9 ANOS
C	PÚBLICA	REALENGO (RJ); BANGU (RJ); NILÓPOLIS (MUNICÍPIO)	SOCIOLOGIA/ FILOSOFIA	FEMININO	6 ANOS
D	PÚBLICA	ANDARAÍ (RJ)	SOCIOLOGIA	MASCULINO	7 ANOS
E	PÚBLICA/ PRIVADA	—	SOCIOLOGIA/ FILOSOFIA	FEMININO	10 ANOS
F	PÚBLICA	RIO COMPRIDO (RJ)	SOCIOLOGIA	MASCULINO	11 ANOS
G	PÚBLICA/ PRIVADA	PENHA (RJ)	SOCIOLOGIA	FEMININO	6 ANOS
H	PÚBLICA/ PRIVADA	CASCADURA (RJ); RETA NOVA (ITABORAÍ)	HISTÓRIA	MASCULINO	10 ANOS
I	PÚBLICA	NOVA IGUAÇU REALENGO (RJ)	SOCIOLOGIA/ FILOSOFIA	MASCULINO	7 ANOS
J	PÚBLICA/ PRIVADA (ENSINO SUPERIOR)	JAPERI	SOCIOLOGIA/ FILOSOFIA	MASCULINO	7 ANOS
K	PÚBLICA/ PRIVADA	ILHA DO GOVERNADOR (RJ) LAGUNAS E DOURADOS (DUQUE DE CAXIAS)	HISTÓRIA	MASCULINO	10 ANOS
L	PÚBLICA	JARDIM MERITI (SÃO JOÃO DE MERITI)	HISTÓRIA	FEMININO	12 ANOS
M	PRIVADA	FLAMENGO (RJ); RECREIO DOS BANDEIRANTES (RJ); TIJUCA (RJ); ILHA DO GOVERNADOR (RJ)	SOCIOLOGIA/ FILOSOFIA	MASCULINO	6 ANOS
N	PÚBLICA	—	SOCIOLOGIA	FEMININO	8 ANOS
O	PÚBLICA	PIRAÍ (SUL FLUMINENSE)	HISTÓRIA	MASCULINO	13 ANOS

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nas entrevistas



### **A presença do projeto “Escola Sem Partido” no cotidiano escolar**

Uma das perguntas previstas buscava verificar, a partir do entendimento dos entrevistados, a presença do ESP na comunidade escolar e, caso houvesse, o nível de influência. Devido ao grande burburinho gerado pelo projeto nas câmaras legislativas e do histórico de exposição de alguns professores, esperava-se que o projeto tivesse aparecido de alguma forma no cotidiano escolar. Seja a partir de falas dos alunos, movimentações dos responsáveis, recomendações ou censuras por parte da Direção ou na conduta de outros professores. Entretanto, a presença do ESP no cotidiano das escolas onde os entrevistados lecionam é, em sua maioria, pouca ou nenhuma.

Grande parte dos docentes afirma que a presença do ESP nas escolas se deu, praticamente, na sala dos professores. Os professores debatiam o projeto com o intuito de informar e alertar outros docentes. Os professores também tiveram contato com o ESP nas redes sociais. A maioria dos entrevistados tem conhecimento de exposições, linchamentos e demissões indevidas através das redes sociais, tendo presenciado nenhum caso desse tipo.

Por parte dos estudantes verificou-se, após as entrevistas, pouco ou nenhum comentário envolvendo o ESP. A Docente G relata que em momentos de discussões mais acaloradas, sobre legalização do aborto, por exemplo, os alunos trazem ideias comuns ao ESP, como a necessidade de “neutralidade” por parte da escola. Contudo, os alunos não nomeiam tais ideias como sendo “do projeto Escola Sem Partido”, até porque a discussão acerca da suposta “falta de neutralidade” na escola não é uma novidade trazida por Nagib e seus colaboradores.

No entanto é importante lembrar que a maioria dos professores entrevistados leciona fora das áreas centrais da cidade, o que pode justificar essa ausência de menções ao ESP. A Docente G afirma “eu ainda acho que eu tenho um pouco de autonomia dentro da minha sala de aula. Eu ainda consigo ter. Não sei se é porque até dezembro [de 2019] eu dava aula na baixada [fluminense], eu não sei se esse assunto ainda não entrava lá dentro. Se entra, ele entra muito silencioso.”.

O Docente H afirmou que alunos da rede privada em que leciona mencionaram o ESP em sala de aula, mas sem a intenção de censurar sua atividade docente. Já na escola pública em que esse professor leciona o ESP não foi mencionado pelos alunos em nenhum momento. A Docente C, que leciona em escolas públicas, afirma que os alunos ouviram falar do projeto de forma geral, mas não têm muito conhecimento sobre. Entre 2018 e 2019 essa professora perguntou aos alunos o nível de conhecimento deles sobre o projeto: muitos alunos não ouviram nem falar sobre e outros conheciam apenas o nome. E segue: “talvez [o Escola Sem Partido]

tenha impactado mais os professores do que os alunos. Os professores têm mais conhecimento, mais receio do que os alunos. De maneira geral, os alunos não estão preocupados pensando a respeito disso. Conhecem muito pouco.”.

### **Impactos do projeto Escola Sem Partido observados no cotidiano escolar: a auto vigilância docente**

A partir da possível presença do ESP nas escolas, os professores entrevistados foram convidados a refletir acerca do impacto causado pelo projeto no cotidiano escolar. Como dito anteriormente, o ESP atua em dois níveis de influência distintos: o nível institucional, representado pelos projetos de lei; e o nível cotidiano, representado pela influência na conduta do professorado no dia-a-dia escolar. De maneira geral, os entrevistados afirmam que o sucesso do projeto no primeiro nível é pouco ou nenhum. Os professores entrevistados acreditam que o projeto falhou na sua maior ambição: oficializar o projeto perante a lei, levando a fixação do torpe cartaz “deveres do professor”; normalizando, do ponto de vista legal, práticas de vigilância e denúncia na comunidade escolar.

Contudo, o maior impacto observado pelos docentes se dá no nível cotidiano, onde o projeto busca incidir na prática docente. Uma das possíveis consequências da influência do projeto a nível cotidiano se trata de um “cuidado” por parte dos professores durante suas aulas. Esse “cuidado” é um esforço movido pelo professor a fim de se proteger de possíveis exposições ou assédios referentes à sua prática em sala de aula. O Docente D fala em “pensar duas vezes” ao tratar de algum assunto polêmico; a Docente C fala de um “receio” por parte dos professores; o Docente H fala sobre “auto censura e temas evitados” em sala de aula. Os docentes citados anteriormente se referem a esse “cuidado”, que denominei “auto vigilância” ao longo deste artigo. Essa prática é uma forma de conduzir as aulas levando em consideração o duplo esforço de: em primeiro lugar, constantemente separar-se do autor apresentado, lembrando aos alunos que as ideias trazidas são postulados do autor e não opiniões pessoais do professor. E, em segundo lugar, evitar comentários que fomentem controvérsias desnecessárias que possam levar o professor a ser mal interpretado e, conseqüentemente, colocá-lo em apuros. Assim, esse empenho dos professores se trata de uma constante vigilância de si, que pode ou não acarretar em auto censura. Em algumas falas, a auto vigilância faz parte da prática docente mesmo antes da popularização do projeto. Entretanto, o que busco observar é se essa prática de auto vigilância se intensificou devido ao Escola Sem Partido partindo do grupo de docentes entrevistados. O Docente F afirma que alguns professores entraram na lógica do ESP e

alertaram sobre a auto vigilância na prática docente, chegando a ouvir em outras escolas: “Cuidado com o que fala em sala de aula, hein”.

É possível observar a auto vigilância a partir do relato da Docente B, que afirma que sempre teve “cuidado ao tratar de certos temas” em sala de aula e que busca sempre mostrar “os dois lados” dos assuntos trabalhados em aula. Para essa docente, o ESP não modificou especialmente sua forma de portar-se: a auto vigilância já fazia parte do seu cotidiano. Já o Docente I, que leciona somente em escolas públicas, afirma que intensificou a auto vigilância em virtude do ESP. “Busquei medir minhas palavras e ter mais cuidado com o que digo em sala de aula.”.

O Docente M atua em bairros centrais no município do Rio de Janeiro como Flamengo e Recreio, mas não foi vítima de nenhuma perseguição ou influência incisiva na sua prática que possa ser justificada pelo ESP. “Apesar [disso tenho] a consciência, a clareza, de que estou num lugar onde tenho que medir tudo o que estou falando”. Ou seja, esse Docente não foi impactado pelas ações mais incisivas do projeto, como denúncias ou processos. Porém, podemos perceber que a auto vigilância é uma prática comum em seu cotidiano. E, segundo este docente, o Escola Sem Partido não induziu a uma mudança significativa no seu, já recorrente, “cuidado”. A auto vigilância em sua prática se deve, entretanto, ao cotidiano de um colégio particular em um bairro central do Rio.

Segundo a Docente E, o ESP não teve o impacto institucional desejado, mas, “teve um efeito dos professores se sentirem um pouco mais limitados, principalmente na rede particular de abordar determinados temas.” A entrevistada também fala de um “cerceamento do direito de fala”, o que vai além da auto vigilância definida até então, pois se trata de uma interferência externa na atividade docente. E ilustra seu posicionamento com um episódio onde essa docente teve sua avaliação questionada por uma responsável, apenas por lançar mão na questão da prova do pronunciamento<sup>7</sup> por parte da ministra Damares que busca correlacionar cor, gênero e vestimenta. Na prova, a professora não exercia julgamento de valor acerca da fala da ministra, o objetivo da questão era relacionar o discurso com um autor específico. Essa docente, que atua na modalidade pública e privada, afirma que sente maior liberdade de cátedra na rede pública.

Portanto, a partir dos relatos dos entrevistados, o maior impacto do ESP se deu na intensificação da auto vigilância. A maior parte dos entrevistados não sofreu exposição ou

---

<sup>7</sup> “A ministra Damares Alves, da nova pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos, apareceu em vídeo em que comemora uma ‘nova era no Brasil’ e em que afirma ‘menino veste azul e menina veste rosa’.” Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>>. Acesso em 16 de abril de 2021.

assédio na sua atividade docente, impactos mais severos que o projeto poderia causar no cotidiano escolar. A exceção a essa quase unanimidade por parte dos relatos do professorado entrevistado é o caso da Docente N, que leciona em um Instituto Federal em uma área central do Rio. Essa docente, que pediu que a entrevista se desse através de questionário, teve contato com a face mais agressiva do ESP. Para a docente, o ESP impactou de maneira muito intensa seu cotidiano escolar: desde as práticas docentes até a relação aluno/professor e professor/responsável. Em 2017 esta professora recebeu uma carta de quatro páginas escrita por uma responsável de uma aluna, onde foi acusada de “doutrinação”. A carta questionava os conteúdos trabalhados em sala, falas da professora (como ter citado Karl Marx em uma aula, o que segundo a responsável parece ser algo completamente impróprio) e forma de avaliação exigida. A “denúncia”, endereçada à Direção claramente teve como objetivo intimidá-la, sendo este, um mecanismo de monitoramento da atividade docente (ALGEBAILLE, 2017) que se assemelha moderadamente à “notificação extrajudicial” que Katz se debruça em sua tese de Mestrado (KATZ, 2017). A partir deste episódio, a Docente N sentiu-se observada em sua prática, passando a ter receio de ser gravada durante as aulas e que retirassem de contexto suas falas ou sofresse com alguma outra exposição. O que não é exagero, pois outros colegas da mesma instituição enfrentaram processos judiciais em virtude de denúncias. “Minha sensação é que a Sociologia passou de um lugar de ‘desnecessária’ ou ‘menos importante’ aos olhos de alguns pais e estudantes para ser uma disciplina de ‘doutrinadores’”. Os institutos Federais, apesar de públicos, possuem uma realidade bem distinta das escolas públicas. Em sua maioria, são as camadas médias que frequentam os IFs, o que pode justificar a presença do ESP no depoimento da Docente N.

Alguns dos docentes entrevistados, entretanto, afirmam que não tiveram uma prática docente impactada pelo ESP de maneira alguma. É o caso dos docentes A, C, D, G e J. A Docente C, que leciona em escolas públicas em áreas periféricas do Rio, afirma que não modificou sua prática docente em virtude do projeto. O Docente D constata que outros professores se tornaram mais auto vigilantes em suas práticas de maneira geral, mas que não ocorreu com ele. Esse docente trabalha na modalidade EJA (Ensino de Jovens e Adultos), no ensino noturno, em uma escola pública. Segundo o entrevistado, essa é a razão do ESP não interferir no seu cotidiano escolar. A Docente G, que leciona em colégios públicos em áreas periféricas do Rio, afirma que essa discussão não entrou no seu cotidiano escolar. E não observou nenhuma influência do ESP em relação à atividade docente de outros professores em sua escola. O Docente J não sentiu o efeito do ESP em sua escola: “claro, um município

distante, um dos municípios mais pobres do Rio de Janeiro”. Entretanto, esse professor percebe um crescente conservadorismo, que segundo ele, é o que o ESP busca capitalizar.

### **Sobre os respaldos conquistados pelos docentes**

Após mais de cinco anos de luta desde a popularização do Escola Sem Partido no debate público, os docentes atualmente conquistaram terreno e podem contar com suporte à sua liberdade de cátedra em algumas áreas. É importante, neste ponto, mencionar o grupo Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP), que se forma a partir de uma página na rede social Facebook, criada para compartilhar notícias sobre o avanço do ESP. Seu site é um grande registo do andamento da lei da mordaza nas câmaras legislativas brasileiras, além de contar com extenso referencial bibliográfico<sup>8</sup> que oferece embasamento para o livre exercício da atividade docente em sala de aula. O PCESP faz parte da resistência ao avanço do projeto nas redes sociais e nas câmaras legislativas em todo Brasil. Durante as entrevistas tive a oportunidade de entrevistar uma professora que faz parte do PCESP e destacou o papel desta iniciativa na prevenção docente. O Docente M destaca, no âmbito da resistência, o professor Fernando Penna da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Esse professor é formado pela UFF e foi aluno de Penna, então teve contato com a reação intelectual promovida por diversos acadêmicos que buscam expor os furos argumentativos do projeto. Essas iniciativas são potentes ao defender a liberdade de cátedra do professorado e respaldar docentes.

Mesmo com a auto vigilância, é incorreto afirmar que os professores deixaram de abordar o conteúdo sob uma perspectiva crítica ou discutir temas como gênero e sexualidade no espaço escolar. A presença da auto vigilância, logo, é um recurso de proteção da integridade docente e, a partir dela, os professores parecem seguir tratando destes temas tomando as devidas precauções. A existência da auto vigilância não passa por eliminar tais temas do cotidiano escolar. O Docente O afirma: “Não concordo em deixar de trabalhar certos pontos e temáticas. Pelo contrário, busco sempre debater estes temas em sala de aula, pois é a partir das diferenças e da diversidade que se compreende o universo social.”.

A seguir, tratarei dos respaldos conquistados pelos professores. Esses são recursos que os professores entrevistados se sentem confortáveis em recorrer caso sua atividade docente seja ameaçada por influências externas.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://profscontraoesp.org/bibliografia-referencias-academicas/>>. Acesso em 16 de abril de 2021.

### **O livro didático enquanto respaldo**

A partir de algumas das entrevistas feitas, o livro didático aparece enquanto suporte do professor. O livro didático é uma ferramenta de trabalho do professor que é previamente aprovada por diversos órgãos competentes (Ministério da Educação, Governo do Estado/Prefeitura no caso de escolas públicas e Direção no caso das escolas particulares). Os assuntos contidos no livro didático receberam, igualmente, o crivo de tais autoridades; assim a presença desses debates é justificada no cotidiano escolar. Portanto, o livro didático é um respaldo essencial na proteção da liberdade de cátedra do professor, além de prevenir ataques que o docente possa receber. Contudo, um dos docentes entrevistados chamou atenção para um curioso fato: os livros didáticos estão “omitindo algumas situações”. E cita um livro didático que destaca o “milagre” econômico durante a Ditadura Militar, omitindo a profunda crise econômica que se segue, ainda no regime. Esse relato pode dizer que as próprias editoras de livros se vigiam e buscam adotar pontos de vista menos críticos, possivelmente com o objetivo de garantir o sucesso das vendas.

### **Currículo**

A partir dos relatos das entrevistas, o currículo é outro elemento que aparece enquanto respaldo, sendo uma das ferramentas utilizadas pelos docentes contra a exposição ou inquérito de responsáveis/Direção. A presença atual de termos como “gênero” e “desigualdade social” em um documento oficial que o docente deve seguir, segundo o Docente D, protege a atividade docente e embasa a presença de tais discussões no contexto escolar.

Contudo, a partir de Lima e Hypólito (2019) podemos observar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) acompanha a onda de conservadorismo crescente. A discussão da BNCC em 2017 foi marcada por logros conservadores e a exclusão de termos como “diversidade de gênero”, além de avanços na concepção de que educação moral compete aos pais. Macedo (2017) defende que o ESP pressiona para que a BNCC se constitua apenas através de tópicos, conteúdos que devem ser ensinados em sala de aula. E exige, por exemplo, a subtração de termos como “cidadania” e “direito”. Tais termos, segundo a autora, são postulados de um certo discurso que disputa por influência sobre o Currículo: demandas críticas pela justiça social. Para a autora, o viés conservador apresentado pelo Escola Sem Partido ressoa em um segundo tipo de discurso, antagônico ao anterior: neoliberais por *accountability*. A autora destaca que podem ser observadas semelhanças entre pautas do Escola Sem Partido e

os neoliberais por *accountability*. Entre elas, a delegação da “educação” aos pais e as instituições religiosas e a “instrução” às escolas. Além disso, a intervenção de ambos se limita não à propostas que devem ser abarcadas pela BNCC, mas por competências que devem ser excluídas:

“As exclusões citadas explicitamente se referem a demandas político-partidárias, raciais, de gênero e de sexualidade. O potencial dessas exclusões para deslocar as articulações sobre a BNCC é preocupante, na medida em que elas focam diretamente demandas de grupos minoritários — de raça, gênero e sexualidade — que, ainda timidamente, têm conquistado algum espaço” (MACEDO, 2017: 11).

Apesar do cenário de disputas conservadoras na formulação da Base Nacional Comum Curricular, os professores entrevistados ainda veem o currículo como um apoio, provavelmente referindo-se ao currículo mínimo elaborado pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro em 2012, a fim de regulamentar o ensino de Sociologia na escola básica. O currículo mínimo elenca habilidades e competências que devem nortear a aprendizagem dos estudantes de Sociologia ao longo dos quatro bimestre anuais, nos três anos de Ensino Médio. Cabe ao professor analisar as competências e estabelecer, no seu planejamento didático, quais são os autores adequados. Este, por sua vez, a partir das habilidades e competências estabelecidas abre margem para a discussão de temas que trairiam calafrios ao ESP. Ressalto em especial uma das competências do quarto bimestre do primeiro ano do EM, que trata “refletir sobre os processos de estigmatização e rotulação de determinados grupos e sujeitos sociais”. Além dessa, a segunda competência elencada no mesmo bimestre é “identificar as diferentes formas de preconceito, discriminação e intolerância, compreendendo suas inter-relações e sobredeterminações”. Essas habilidades conferem ao professor legitimidade e base para tratar de temas como violência de gênero, tópico que o Escola Sem Partido se opõe fervorosamente.

### **Inconstitucionalidade do “Escola Livre” pelo STF**

O projeto de lei “Escola Livre”, inspirado no ESP avançou apenas no estado de Alagoas. Entretanto, em agosto de 2020 o Supremo Tribunal Federal votou, quase em unanimidade, pela inconstitucionalidade do projeto. Apesar da decisão se referir apenas ao projeto alagoano, é de se esperar que o STF vote pela inconstitucionalidade de leis similares. Tal determinação por parte do Supremo Tribunal Federal representa um grande respaldo para professores de todo país. Segundo o Docente D, a decisão do Supremo relativa à lei “Escola Livre” é um ganho dos

professores, pois confere legitimidade ao professor de tratar temas como gênero, por exemplo. É mais uma forma de fortalecer a luta por uma escola democrática, onde projetos de cerceamento do debate plural não tem vez. Inclusive, o sentimento de derrocada é tão grande que Miguel Nagib, o criador do Escola Sem Partido, buscou desligar-se de sua criação em seguida.

### **O avanço do conservadorismo simbolizado pelo Escola Sem Partido e a atividade docente**

Grande parte do grupo entrevistado afirma que o ESP expressa um conservadorismo que se intensificou recentemente no Brasil. Sobre a reorganização das forças políticas à direita, Miguel (2019) identifica três vertentes principais: libertarianismo, fundamentalismo religioso e anticomunismo. O autor também argumenta que a conjuntura possibilitou uma quebra de consensos estabelecidos após a redemocratização, como a redução da desigualdade e o respeito aos direitos humanos. Gawryszewski e Motta (2017) ao longo de seu artigo apropriam-se do conceito gramsciano de hegemonia a fim de compreender a importância de se disputar a educação pública, justificando o interesse da extrema direita e do projeto ESP em influenciar os debates educacionais. Os autores concluem que a disputa travada pela extrema direita pela hegemonia nos valores que devem nortear a educação pública é essencial para a manutenção do *status quo*.

O Docente A se refere às eleições de 2014 como marco de uma radicalização do posicionamento político e que isto influencia muito mais o cotidiano escolar do que o projeto Escola Sem Partido em si. O Docente I segue na mesma direção. Para ele, a "ideologia conservadora por trás do Escola Sem Partido" foi mais eficaz em impactar a educação brasileira do que o próprio projeto. O Docente O afirmou que a popularização do ESP aumentou a influência de grupos de extrema direita sobre os conteúdos e os professores. O Docente F e o Docente J acreditam que o ESP não age sozinho, o projeto acompanha uma tendência obscurantista anti ciência disfarçada de crítica acadêmica, temas impulsionados pela extrema direita. O Docente H, entretanto, afirma que o ESP ganha mais destaque se for a força oposta ao governo, o que segundo ele não é o caso atualmente. Dessa maneira, alguns dos docentes entrevistados localizam o ESP enquanto expressão de um movimento maior, que a bibliografia citada acima busca dar conta: a reorganização das direitas brasileiras e a disputa pela definição de quais valores podem ou não nortear a educação.



### **Conclusão: próximos capítulos dos estudos sobre Escola Sem Partido**

Esse artigo buscou entender a natureza do impacto do programa Escola Sem Partido na atividade docente, com a hipótese de que o projeto, mesmo sem conseguir atingir seu objetivo à nível institucional através dos projetos de lei, conseguiu incidir radicalmente no contexto escolar, modificando a prática docente através de suas ameaças e exposições. Uma vez que a bibliografia já indicava algum impacto na educação por intermédio do projeto, essa investigação buscou dar continuidade a esses estudos focando na prática docente e possíveis modificações que possam ter ocorrido. Para cumprir tal objetivo, foram feitas entrevistas semiestruturadas a fim de compreender, a partir das perspectivas docentes, em que medida o projeto foi capaz de modificar o cotidiano escolar e, sobretudo, a prática docente. A partir dos resultados das entrevistas, a hipótese dessa pesquisa não foi corroborada, pois o impacto do ESP no cotidiano escolar não é tão severo como se imaginava inicialmente. Baseado nas entrevistas, a presença do ESP no cotidiano escolar é relativamente baixa, especialmente do ponto de vista dos alunos, que pouco sabiam do que se tratava o projeto ou o mencionaram em sala de aula.

Uma importante ponderação a ser feita diz respeito ao local de atuação profissional dos docentes entrevistados. Grande parte deles atua na modalidade pública de ensino e em regiões periféricas do Rio de Janeiro, o que pode ser uma pista para a relativa ausência do projeto na sala de aula. Mesmo diante desse cenário onde o programa se mostra irrelevante ao contexto escolar, o corpo docente pratica a auto vigilância. A dimensão da auto vigilância é o maior resultado desta investigação pois mais do que uma auto censura, a relação do professor de Humanidades com sua prática docente, atualmente, é marcada pela vigilância constante. Atualmente, os professores dispõem de algum apoio que confere maior liberdade à sua atividade docente, como o livro didático, o currículo e o voto por inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

Após a consolidação da extrema direita na política, o projeto perde destaque, uma vez que as ideias conservadoras que norteiam o programa tornam-se comuns, como o discurso de posse do Presidente da República indica. Com normalização por parte da extrema direita de conceitos popularizados pelo ESP — como “doutrinação marxista” e “ideologia de gênero” — o controle da prática docente se torna comum, mesmo com o enfraquecimento do projeto. Mais do que isso, a auto vigilância na prática docente persiste mesmo após a perda de destaque do ESP. O que pode indicar que, o conservadorismo disputando pelos valores norteadores da educação pública impactaria a prática docente mais do que o ESP.

À vista disso, é possível que o nome “Escola Sem Partido” desapareça dos debates sobre educação dentro e fora do espaço acadêmico. Entretanto, os delírios que movem a narrativa da extrema direita como “doutrinação marxista” e sobretudo “ideologia de gênero” provavelmente continuarão dando dor de cabeça aos docentes, resultando na manutenção da auto vigilância docente. Serão especialmente valiosos nos próximos anos os trabalhos que investiguem as consequências das interferências da(s) direita(s) na educação brasileira. Pois, se durante um tempo o ESP simbolizou o assédio do conservadorismo à prática docente, hoje essas interferências são de ordem capilar, portanto, mais difíceis de combater.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALGEBAILLE, Eveline. Escola Sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação brasileira**. FRIGOTTO, Gaudêncio (org). Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

BRASIL. Presidente (2019: Jair Messias Bolsonaro). **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em virtude da posse no Congresso Nacional**. Brasília, 1 jan de 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml?origin=folha>>. Acesso em 16 de abril de 2021.

FEITOSA, Cleyton. Do “kit gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das Políticas Públicas LGBTI+ no Brasil. In: **Caminhos da pesquisa em diversidade sexual e de gênero: olhares in(ter)disciplinares**. SOUZA, Humberto da Cunha Alves de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (org). Curitiba: IBDSEX, 2020.

GAWRYSZEWSKI, Bruno. MOTTA, Vânia. Ofensiva conservadora-liberal na educação: elementos para uma análise da conjuntura contemporânea. **Trabalho Necessário**, Niterói, ano 15, n. 16, 2017.

KATZ, Elvis Patrik. **Escola Sem Partido: uma análise das investidas de poder sobre as identidades docentes**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande (RS), 2017.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do programa Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p.507-524, abr.-jun, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. A recomposição da direita brasileira. In: **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

\_\_\_\_\_. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" — Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, 2016, p. 590-621.

OLIVEIRA FILHO, Michel Baltazar. **O imaginário conservador na educação: uma análise dos discursos das audiências do Escola sem Partido**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de Brasília (UNB), Brasília, (DF), 2019.

PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. **Quaestio**. Sorocaba (SP), v. 20, n. 3, p. 567-581, dez. 2018.

PENNA, Fernando. SALLES, Diogo da Costa. A dupla certidão de nascimento do Escola Sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: **Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos**. MUNIZ e LEAL (orgs.). Fortaleza: EdUECE, 2017.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola Sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação brasileira**. FRIGOTTO, Gaudêncio (org). Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

ROMANCINI, Richard. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 02, p. 262-271, ago-nov 2018.

SOARES, José Francisco. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. **REICE (Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación)**. v 2, n 2, p. 83-104, jul-dez 2004.